Sexta-Feira, 23 de Outubro de 2026

Procurador-Geral da Câmara de Cuiabá assegura que operação não prejudica trabalhos legislativos e eleição da Mesa

Eustáquio Neto afirma que investigações focam em Várzea Grande e não afetam rotina da Casa de Leis cuiabana

O procurador-geral da Câmara Municipal de Cuiabá, Eustáquio Neto, declarou aos meios de comunicação que o desencadeamento da Operação Cathedra Venalis não representa obstáculo à continuidade das atividades legislativas do Poder Legislativo municipal, tampouco interfere no processo de renovação da Mesa Diretora para o próximo período administrativo.

Durante esclarecimento concedido aos profissionais de imprensa, o jurista ressaltou que as apurações conduzidas pelas autoridades policiais direcionam-se principalmente ao Legislativo da cidade vizinha de Várzea Grande, diferenciando assim o escopo das investigações em relação à Casa cuiabana.

O procurador garantiu que o Parlamento cuiabano prossegue com sua agenda institucional sem interrupções e reafirmou o compromisso da instituição em colaborar integralmente com os órgãos responsáveis pela fiscalização. "O trabalho legislativo segue seu curso natural. A Câmara mantém total disposição para cooperar com autoridades policiais, com o Ministério Público e com o Poder Judiciário no que for necessário", afirmou Neto.

Ao explicitar os elementos principais da ação investigatória, o chefe jurídico da Procuradoria reforçou a separação entre as investigações em andamento e o procedimento eleitoral interno de Cuiabá. "Esclarecemos que as investigações atuais voltam-se para uma alegada irregularidade no processo eleitoral da Mesa de Várzea Grande. Isso não guarda qualquer relação com a eleição ocorrida em nossa Câmara", explicou Eustáquio Neto.

O procurador apontou ainda que até o presente momento o Legislativo cuiabano não obteve notificação ou intimação formal oriunda da Justiça ou da polícia. A instituição deverá orientar suas ações apenas conforme as informações comprovadas que chegarem até seu conhecimento.

"Nenhuma diligência foi requerida formalmente ao Legislativo até agora. Permaneceremos atentos e, caso haja demandas concretas futuramente, a Câmara adotará as providências apropriadas", finalizou o jurista.